



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Política Social, Seguridade Social e Proteção Social.

**TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral**

**O Psicólogo e as políticas públicas, enfatizando seu papel na  
Política de Assistência Social.**

Jessyka Lopes Rickli <sup>1</sup>

**Resumo:** Esse trabalho tem por objetivo realizar uma discussão acerca do profissional de psicologia nas políticas públicas enfatizando a política de assistência social, inicia-se essa discussão desde a regulamentação da profissão do psicólogo no Brasil. Para elaboração desse trabalho foi estruturado um breve levantamento bibliográfico, pontuando a psicologia como ciência, e seu desenvolvimento de uma profissão elitizada, para uma psicologia hoje de caráter social, estando essa inclinada ao desenvolvido mais ativo do sujeito em vulnerabilidade, com isso, o trabalho trará uma discussão sobre a interdisciplinaridade, e a necessidade do compartilhamento de saberes, para atingir o indivíduo em sua subjetividade.

**Palavras-chave:** Psicologia; Políticas Públicas; Assistência Social; Compromisso Social.

**Abstract:** This present paper aims to conduct a discussion about the psychology professional in public policies emphasizing social assistance policy, starting this discussion since the regulation of the profession of psychologist in Brazil. To elaborate this work, a brief literature review was structured, punctuating psychology as a science, and its development from an elitist profession, to today a psychology of a social character, being that inclined to the more active development of the subject in vulnerability. Thus, the work will bring about the discussion about interdisciplinary, and the need to share knowledge, to reach the individual in his subjectivity.

**Keywords:** Psychology; Public policy; Social assistance; Social Commitment.

---

<sup>1</sup> Psicóloga, Estatutária como Psicóloga na Prefeitura Municipal de Turvo – PR, Especialista em Gestão Pública, com ênfase no sistema único de assistência social - UEPG, jessykarickli@hotmail.



## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma discussão acerca do desenvolvimento da profissão do psicólogo no Brasil, e sua inserção nas políticas públicas, enfatizando, a política de assistência social.

Percebe-se a importância desse trabalho, pois a psicologia durante muitos anos desenvolveu uma função que restringia-se ao indivíduo branco e da classe burguesa, em uma prática individualista, embasada no modelo médico.

Tal prática com o passar dos anos vai se modificando, como iremos discutir no decorrer do trabalho, e a profissão do psicólogo passa a ter um cunho mais social, mas isso não atingiu todos os psicólogos, ainda temos muitos profissionais que restringem a profissão á apenas uma parcela da população, a formação academia é um grande aliado na expansão da psicologia enquanto profissão.

Esse artigo tem sua relevância social, pois vem discutir a prática do psicólogo voltado a um compromisso social com a população, a psicologia ainda é uma profissão nova e muitas vezes mal-entendida, devido a isso, nota-se a importância de esclarecer as práticas e métodos da psicologia e trazer sua função mais próxima da sociedade.

Como relevância acadêmica o artigo pode ser um instrumento muito rico, pois é preciso abrir uma discussão científica sobre a nova psicologia, e sua inserção em outros campos de trabalho.

Escolheu-se para a abordagem da pesquisa, um pressuposto qualitativo acompanhado de uma revisão bibliográfica.

Segundo Silva (2005), a pesquisa qualitativa é empregada principalmente nas ciências sociais aplicadas. A mesma utiliza a análise e a interpretação da realidade estudada. “Nas pesquisas qualitativas, o social é visto como um mundo cheio de significados que podem ser investigados” (SILVA, 2005: 85)

Será realizada uma revisão bibliográfica, sobre o desenvolvimento do profissional de psicologia no Brasil, e as mudanças do seu papel no decorrer dos anos, enfatizando o psicólogo como um profissional comprometido com o social, uma pesquisa bibliográfica esclarecerá um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. A pesquisa bibliográfica é de suma importância para qualquer pesquisa científica (SILVA, 2005).

## 2. DESENVOLVIMENTO



A psicologia foi definida como profissão no Brasil em 1962, mas bem antes disso, já era possível visualizar nas Faculdades de Medicina sua aparição, os estudos da época que ocorriam em outras partes do mundo, acabavam por influenciar as pesquisas realizadas no Brasil (SOARES, 2010).

Segundo Pessoti (1988) *apud* Souza (2011) esse período é denominado como pré-profissional, ele inicia-se a partir de 1833, com a criação das faculdades de medicina da Bahia e Rio de Janeiro. Nesse momento a profissão de Psicólogo não era regulamentada e não possuía nenhuma sistematização ou institucionalização, apesar de existir pessoas que tinham interesse pelo tema.

Além dos médicos, outras profissionais que também influenciaram a psicologia no Brasil, foram os educadores, trazendo a psicologia para as escolas e também para a formação dos professores (SOARES, 2010).

A década de 30 no Brasil, é conhecida como “Era Vargas”, e apesar de suas grandes contradição foi um momento de desenvolvimento para o país, surgindo assim uma maior abertura para a psicologia nesse momento. “O Ministério de Educação e Saúde avoca a si, com a denominação de *Instituto de Psicologia, o Laboratório de Psicologia do Engenho de Dentro*” (p.15) Esse Laboratório foi o primeiro que realizou uma pesquisa pura de Psicologia, os materiais utilizados foram trazidos direto da fonte, de Leipzig (SOARES, 2010).

Com isso, em 1962 o presidente João Belchior Goulart, promulga em 27 de agosto de 1962, a Lei nº 4.119, que institui a profissão de Psicólogo no país e em 1971 são criados os Conselhos Federais de Psicologia.

Após a regulamentação da profissão no Brasil, a grande maioria dos Psicólogos desenvolvia sua prática com uma visão privativa e curativa, dando ênfase ao trabalho individual tendo como base o modelo biomédico (AMORIM 2010).

De acordo com Antunes (2004) *apud* Amorim (2010), o atendimento individual desempenhado pelos psicólogos, acabou ocasionando em explicações psicopatológicas, e um uso maciço dos testes psicológicos, objetivando o enquadramento do sujeito na sociedade, sem um olhar atento a subjetividade do indivíduo que procurava atendimento.

A postura adotada pelos profissionais de psicologia sofreu e vem sofrendo, até os dias atuais inúmeras críticas, diante de “um modelo de atuação com recorte espaço-populacional específico e teórico metodológico restrito” (AMORIM, 2010).

Os cursos de psicologia, durante muitos anos, tiveram o ensino voltado para o exercício autônomo da profissão, tendo como base a psicoterapia, contribuindo para esse modelo individualista (AMORIM, 2010).



A medicina, e posteriormente a psicologia, surgiram no Brasil no contexto de urbanização nacional, a população dominante exigia dessas profissões a disciplina e o controle da população urbana (SOUZA, 2011).

Com essas discussões até o momento, podemos apontar uma citação de Bock, onde a mesma afirma, “Temos uma identidade profissional que reflete a prática importante que temos tido, porém elitista, restrita, pouco diversificada e colada às necessidades e demandas de setores dominantes de nossa sociedade” (BOCK, p. 328, 1999).

Os Psicólogos durante muito tempo pensaram o indivíduo fora do seu meio social, inspirado por um modelo médico, procuravam a solução apenas no sujeito, sem suas interações com a cultura, construindo uma psicologia que não se pauta no mundo social e na cultura do sujeito (BOCK, 1999).

A partir da década de 70, que vêm junto com um grande período de greves e mobilizações, a psicologia que nesse momento já era regulamentada, cria seus conselhos e sindicatos, e reivindica para que sua profissão se tornasse instrumento a serviço da população brasileira (BOCK, 1999).

Nos anos 80, com uma maior abertura para os serviços públicos, os profissionais acabam fortalecendo as entidades de classe.

Os sindicatos se uniram e criaram a Federação Nacional dos Psicólogos, e os Conselhos também se fortaleceram, produzindo material escrito sobre a profissão e organizando congressos. Também nessa época, psicólogos engrossam e fortalecem o movimento da saúde, e iniciou-se efetivamente a participação ativa na Luta Antimanicomial. Esse período ficou marcado pela reflexão profissional da classe sobre a correlação existente entre suas práticas e intervenções e o conseqüente entendimento do fenômeno psicológico com a realidade social de nosso país, pois, até então, de certa forma, a profissão e suas práticas interventivas eram cristalizadas tecnicamente (SOUZA, 2011 p. 66)

Tossi em sua Resenha sobre o livro “Psicólogo Brasileiro: Construção de Novos espaços”, traz uma discussão a certa inserção e a ação do psicólogo em diversos contextos sociais.

De acordo com Tosi&Botomé (2003) o psicólogo clínico vem rompendo com a prática tradicional, onde o atendimento é centrado apenas no indivíduo. Com esse rompimento o psicólogo começa a analisar os outros sujeitos que fazem parte da vida do cliente, seu contexto familiar e social, até a saída do profissional do consultório, para outros locais atingindo um maior número de indivíduos.

Abre-se espaço para que o profissional de psicologia insira-se em instituições públicas, possibilitando as camadas populares, um atendimento que até o momento era apenas para as classes privilegiada. Com o desenvolvimento de atividades direcionadas ao



atendimento a um maior número de pessoas, o psicólogo aumenta sua percepção diante da realidade social e direciona sua atuação para os problemas sociais que necessitam de atenção (TOSI, BOTOMÉ, 2003).

No ano de 1992, o Conselho Federal de Psicologia, elaborou um documento, com especificações das funções e subdivisões da função do psicólogo, encaminhando tal documento para o Ministério do Trabalho. Souza, 2011, p. 67 aponta;

há no documento as descrições de ocupação e detalhamento da profissão para as seguintes áreas: Psicólogo Clínico, Psicólogo do Trabalho, Psicólogo do Trânsito, Psicólogo educacional, Psicólogo jurídico, Psicólogo do esporte, Psicólogo social e professor de Psicologia para segundo grau e ensino superior.

Nesse trabalho será enfatizado o trabalho realizado pelo psicólogo social, e sua relação com as políticas públicas, com isso nota-se a importância de citar a descrição realizada pelo Conselho Federal (1992), sobre a definição da função do psicólogo social.

O psicólogo social é aquele que entende o sujeito desde sua perspectiva histórica considerando a permanente integração entre o indivíduo e o social. Neste sentido operar como psicólogo social significa desenvolver um trabalho desde esta perspectiva de o homem e a sociedade, possibilitando atuar em qualquer área da psicologia (CFP, 1992)

Um dos primeiros pioneiros em psicologia social foi Kurt Lewin, o estudioso Lewin dedicou-se a Psicologia Gestalt, durante o final do século XIX e início do século XX, mas teve contribuições importantes a psicologia social (SCHULTZ&SCHULTZ, 2007).

Segundo Schultz, Schutz (2007), Lewin começou a dedicar-se a psicologia social na década de 1930, uma das mais importantes contribuições realizadas por ele, foi à criação da dinâmica de grupo, aplicando os conceitos psicológicos tanto para os comportamentos individuais e coletivos.

Os indivíduos e seu ambiente formam um campo psicológico, o grupo e o seu ambiente formam o campo social. Os comportamentos sociais ocorrem em entidades sociais coexistentes, tais como subgrupos, membros de grupo, barreiras e canais de comunicação, e delas resultam. ((SCHULTZ&SCHULTZ, p. 341 2007).

Com esses apontamentos sobre a psicologia social, percebe-se a importância do compromisso social que o profissional de psicologia deve exercer no cotidiano da sua função.

Amorim, 2010 descreve compromisso social, como um posicionamento de atuação atenta aos grupos minoritários, auxiliando na defesa dos direitos humanos e também da popularização dessa ciência.

A psicologia insere-se nos diversos campos, ampliando seu compromisso social, como na saúde pública, na psicologia do trabalho e organizações, realizando atividades de



autonomia e incentivo ao fortalecimento de entidades representativas dos trabalhadores, na psicologia clínica, amplia seu local e contexto de atuação, na psicologia escolar procura a mobilização na emancipação do sujeito, seguindo esses avanços temos a psicologia comunitária com caráter de mobilização política (AMORIM, 2010).

Para Tosi&Botomé (2003), a psicologia social intervém e analisa as relações sociais, e as relações vividas no cotidiano, relacionando-se com a psicologia comunitária e outros temas emergentes, como “ecologia humana, trabalho, saúde, movimentos sociais e práticas psicossociais com mulheres, com meninos de rua e com a terceira idade” (p. 220).

A psicologia social ampliou seu campo de atuação profissional graças aos movimentos sociais e fomento de políticas públicas voltadas ao trabalho psicológico, mudando o perfil profissional do psicólogo e buscando ampliar e responder às demandas da população, prestando um atendimento social de relevância a comunidade (TOSI&BOTOMÉ, 2003).

Segundo George (2007) “a psicologia é usualmente definida como ciência do comportamento humano e a psicologia social como aquele ramo dessa ciência que lida com a interação humana” (p. 475)

Uma das principais influências da psicologia social no Brasil, é a teoria sócio-histórica, com contribuições importantes da psicóloga Silvia Lane, a mesma realiza em seu livro, *Psicologia Social: O homem em movimento*, discussões acerca do Estado e o modelo Neoliberal, que tem grande impacto sobre a vida do indivíduo. A psicologia deve agir de forma a criar consciência nos atores sociais, considerando as disparidades sociais existentes (TORRES, NEIVA & COLS).

### **A Psicologia e a Política de Assistência Social.**

A Assistência Social durante muitos séculos foi compreendida como filantropia, inicialmente através da Igreja, posteriormente pelo Estado, mas ações realizadas eram imediatistas e pontuais, agindo na caridade e na benemerência.

Durante a primeira republica o Estado não intervinha na área social, afirmando que tal ação não era sua função, sendo assim, a assistência era papel da Igreja, principalmente a católica (CRUZ, 2013).

Com a constituição de 1934 na Era Vargas, são assegurados os direitos trabalhistas, e também o direito a educação primaria integral e gratuita, nesse período o país passa de um modelo agrário e explorador em direção a uma economia com base nas indústrias, aumentando assim a população das cidades (CRUZ, 2013).



Um marco importante desse período é a criação do Conselho Nacional de Serviço Social em 1938, sendo a primeira regulamentação da profissão no país.

De acordo com Cruz (2013 p. 23) em 1942 é criada a Legião Brasileira de Assistência Social

órgão responsável por coordenar as ações da assistência em âmbito nacional e extinta após o governo Collor, dois fenômenos caracterizaram esse períodos; o primeiro-damismo e as Faculdades de Serviço Social, essa legião, foi criada inicialmente para amparar os soldados brasileiros recrutados para guerra e seus familiares.

O período de 1975 a 1985 foram de grande importância para a política de assistência social. Nesse período deu-se um avanço das forças de resistência, e desenvolveu-se a prática do enfrentamento ao regime militar, a partir dos anos 80 cresce vários movimentos de caráter nacional, tais como a “redemocratização do país, o movimento estudantil, o feminismo, as lutas pela anistia, as reivindicações por profissionais da saúde, e de setores públicos” (CRUZ, 2013 p. 25).

Com a Constituição Federal (1988), a Assistência Social, é firmado dever do Estado, apresentada no campo da Seguridade Social como Política Pública. Para regulamentar o artigo 203 e 204 da Constituição sobre a assistência social, é criado em 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em seu Art 1º descreve,

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A discussão sobre Políticas Públicas está presente na vida de muitos sujeitos, mas seu entendimento muitas vezes é parcial ou errôneo, com isso, Políticas Públicas podem ser entendida segundo Souza (2006)

...campo de conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.26).



De acordo com CRPRJ (2010), a conceituação de política pública, vem se modificando, e não deve ser entendida como simples intervenção do Estado, diante de uma situação que a sociedade considere necessária, apesar, das Políticas públicas serem uma intervenção Estatal, ela se ampliasse, pois é uma interação complexa entre a Sociedade e o Estado.

Os psicólogos vêm se inserido cada vez mais nesse campo, apesar de muitas vezes ainda trazer resquícios de uma prática individual, essa conduta vai se modificando, fazer parte da área das políticas públicas é estar imerso a uma zona de espaços de conflitos, avanços e retrocessos (CRPRJ, 2010).

“Uma potencialidade da psicologia dentro das políticas públicas está na capacidade do vínculo, escuta, cuidado, intervenções coletivas, incluindo sujeito para que seja produtor da sua cidadania (CRPRJ, 2010).

A LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social têm como diretrizes, a descentralização político-administrativo com a ênfase na responsabilidade do Estado, a participação da sociedade civil no seu planejamento e controle, sendo assim, desenvolvida segundo a descentralização, municipalização e participação (OLIVEIRA, 2014)

A criação dos Conselhos de Assistência Social, é também outro marco na história dessa política, esses conselhos estão presentes no âmbito Nacional, Estadual, Municipal e do Distrito federal, tendo como função estabelecer as prioridades do interesse público, formular estratégias, acompanhamento e fiscalização (OLIVEIRA, 2014).

A partir dessas considerações, podemos perceber que com a Constituição Federal (1988) e a LOAS (1993), a Assistência Social passou a ser olhada por um viés mais crítico e científico, não mais com um dever moral, mas sim como uma política pública.

Segundo Pereira (2007), a assistência social junto a outras esferas do governo terá como objetivo, assegurar direitos a uma parcela da população, que historicamente sempre foi excluída, negligenciada e muitas vezes violentada. Sua competência hoje requer profissionalismo, conhecimento e ação competente, não sendo mais vinculada a uma atividade assistencialista de distribuição de benefícios, tendo então que compreender a realidade social na qual o indivíduo vive, planejamento das ações de maneira multidisciplinar, acompanhamento e avaliação das ações, tendo suporte legal e institucional, com recursos financeiros e pessoal qualificado.

Na IV Conferência Nacional de Assistência Social, dezembro/2003, temos um marco importante para política da assistência social, é nesse momento que se inicia a implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, condição essencial da LOAS para dar efetividade à assistência social como política pública de proteção social.





O SUAS irá ser responsável por desenvolver os procedimentos técnicos e políticos para a organização e prestação das medidas sócioassistenciais, estabelecendo também uma organização frente à gestão e ao financiamento das ações no âmbito da política de assistência social (BRASIL, 2009).

O SUAS é implementado por meio de uma nova lógica de organização das ações, com a definição de níveis de complexidade do sistema: Proteção Básica e Proteção Especial, a proteção especial se expande em média e alta complexidade (BRASIL, 2009).

Os serviços de proteção básica estão relacionados a situações de vulnerabilidade sociais, esse serviço tem por objetivo “prevenir as situações de risco pessoal e social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (CASTRO; ROSA, 2014 p. 64)

As unidades responsáveis por esse serviço dentro dos municípios são nomeadas como Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, tendo basicamente três tarefas, conhecimento territorial das vulnerabilidades sociais, prevenir as situações de vulnerabilidade e intervir de modo protetivo e proativo (BRASIL, 2009).

De acordo com o caderno de orientações técnicas;

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009 p.9)

Na proteção especial, o objetivo é atender as famílias e indivíduos cujos seus direitos tenham sido violados, esse serviço é organizado em média e alta complexidade.

De acordo com Rosa e Castro (2014), os serviços de média complexidade são referenciados pelos Centros Especializados de Assistência Social. Como o CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, o CENTRO POP Centro de Referência Especializado para atendimento à população em situação de rua e o CENTRO DIA – Centro de Referência Especializado para pessoas com deficiência.

O Sistema Único de Assistência Social, ao desenvolver uma gestão de prestação de serviços, também prevê os profissionais que farão parte dessa política. O psicólogo será um profissional de fundamental importância na execução dos projetos, programas e ações desenvolvidas, fazendo parte da equipe mínima requerida pelo SUAS.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, aprova em 2006, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, e é com esse documento que o psicólogo fará parte das equipes de referência do SUAS (BRASIL, 2009).



Majoritariamente os profissionais que compõe das equipes de referências da proteção social básica e especial são os Assistentes Sociais e Psicólogos, além desses profissionais o CRAS deve contar com um Coordenador. Considerando que as equipes de referência contam com diversas categorias profissionais, é necessário o incentivo ao trabalho articulado e troca de conhecimentos, sendo importante a capacitação e formação continuada da equipe, objetivando assim uma melhor qualidade nos serviços prestados (BRASIL, 2009).

Com isso é importante destacar a inserção do psicólogo nas políticas públicas, e como foi enfatizado, na política de assistência, no momento atual o psicólogo é um profissional fundamental para o trabalho desenvolvido no SUAS, atuando dentro dos CRAS e CREAS, sendo um profissional comprometido com a questão social, com a emancipação do sujeito, auxiliando no desenvolvimento de sua autonomia e potencialidades.

Segundo Cruz, Rodrigues e Guareschi (2013) o trabalho do psicólogo dentro dessa política, a política de assistência social, está ligada sempre a um trabalho interdisciplinar, pois os riscos e as vulnerabilidades que são objetivos dessa política, não podem ser vistos de forma homogênea, são questões complexas e totalmente heterogênicas, que necessitam de diversos conhecimentos para construir uma melhor forma de intervir.

O trabalho na política de assistência social remete à complexidade e promove experiências que exigem o encontro de profissionais de diferentes áreas de saber. É necessário o desenvolvimento de um trabalho conjunto, de forma que uma área complemente a atuação da outra. Essas ações remetem à multiprofissionalidade, operando por entre a inter e a transdisciplinaridade. (CRUZ; RODRIGUES. GUARESCHI, 2013 p. 38).

Para que a política de assistência social ocorra de forma comprometida com o caráter público do SUAS, é importante enfatizar algumas práticas dos profissionais que farão parte dessa política, a gestão é um mecanismo que auxilia no desenvolvimento do trabalho no controle social de forma fundamental. A educação continuada permanente é outro ponto crucial dentro da política, pois qualifica e valoriza o trabalhador. O fortalecimento do compromisso social da equipe, enfatizando a sua interdisciplinaridade e a intersetorialidade, possibilitando assim a integração de saberes e ações, para um alcance da garantia dos direitos humanos aos usuários das políticas públicas; e por fim um posicionamento ético-político, controle social e gestão participativa (CRUZ; RODRIGUES. GUARESCHI, 2013).

As equipes que fazem parte da política, tem por objetivo desenvolver um trabalho na garantia dos direitos do cidadão, proporcionando sua autonomia, o profissional de psicologia não desempenha seu trabalho isoladamente, mas de forma contribuir com seus saberes em



uma ação conjunta, atingindo dessa forma a completude da questão social (CRUZ; RODRIGUES. GUARESCHI, 2013).

### 3. RESULTADOS E CONCLUSÕES.

Com esse trabalho, foi possível perceber o desenvolvimento da psicologia, desde sua constituição enquanto profissão no território brasileiro, até seu novo papel na sociedade, um papel de compromisso social, apesar dos dias atuais ainda existir a prática voltada apenas ao indivíduo, excluindo-o do meio social, tal exercício está cada dia mais escasso, as universidades vem se modificando já no momento da formação do acadêmico, para um olhar mais atencioso diante da sociedade.

A psicologia dentro das políticas públicas tem o objetivo da escuta ao sujeito, uma escuta que se distancia da psicoterapia, uma escuta envolvida com o meio, o psicólogo deve auxiliar o sujeito a perceber seu lugar na sociedade, trabalhando de maneira contribuir para que o indivíduo possa perceber sua potencialidade e tornar-se autônomo.

Concluimos então uma mudança diante do desenvolvimento da profissão do psicólogo ao passar dos anos, fato esse, que possibilita uma prática direcionada aos problemas sociais da sociedade, é importante dentro desse novo exercício da profissão a capacitação, o conhecimento, a integração a novos saberes, para que o trabalho desenvolvido possa auxiliar no reconhecimento das singularidades e a promoção da autonomia, com intervenções assertivas, que garantam os direitos dos cidadãos.

### 4. REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA.

AMORIM Keyla Mafalda Oliveira de. Compromisso social do Psicólogo em Artigos Científicos no Brasil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, 4E(v2e).São Paulo, 1999.

BOCK, A.M.B.; FERREIRA, M.R.; GONÇALVES, M.G.M.; Furtado, O. Sílvia Lane e o Projeto do Compromisso Social da Psicologia, **Psicologia&Sociedade**; 19, Edição Especial 2: 46-56,São Paulo, 2007.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretária Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social – SUAS, **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS**. Brasília, Reimpresso 2009.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: LOAS: **Lei Orgânica da Assistência Social**, Brasília. 1993

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**, Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS** Brasília, 2009.

CASTRO, Iêda Maria Nobre de.; ROSA, Mary Anne Filgueiras Porto. SUAS – Base Teórica e Processos de Construção. Ponta Grossa: NUTEAD, 2014.

CRUZ, Lílian Rodrigues da; RODRIGUES, Luciana; GUARESCHI, Neuza M. F. **Interloquções entre a psicologia e a política nacional de assistência social**, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

CRUZ, Lílian Rodrigues, GUARESCHI, Neuza. **Política Pública e Assistência Social: Diálogo com as práticas psicológicas**. Editora Vozes, Petrópolis, 2013.

CRPRJ, Conselho Regional de Psicologia Rio de Janeiro, Psicologia e Políticas Públicas, Jornal, ano7, n27, Rio de Janeiro, 2010.

OLVEIRA, Maria Iolanda de. **A Assistência Social no Brasil**. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2014.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A Assistência Social prevista na Constituição de 1988 e operacionalização pela PNAS e pelo SUAS. **Ser Social**: Brasília, n.20, p. 63-83, jan/jun. 2007.

SCHULTZ, Duane P., SCHULTZ, Sydney Ellen. **História da Psicologia Moderna**. Thomson Learning, São Paulo, 2007.

SOUZA, Renato Ferreira. Psicologia e Política Pública de Assistência Social: Práxis Emancipatória ou Administração social? Tese de Doutorado, PUC- SP. São Paulo, 2011

SOARES, Antonio Rodrigues. A Psicologia no Brasil, **Psicologia: Ciência e Profissão**: Brasília, vol.30, n.spe, pp. 8-41, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

TOSI Patrícia C. Silveira; BOTOMÉ Silvio Paulo. A inserção e a ação do Psicólogo em diversos contextos sociais. **rPOT**: Santa Catarina. vol 3, n 2, 2003.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

WACHHOLZ Tháís; PANCERI Regina. A atuação do Psicólogo no Município de Araranguá, na interface com a rede de proteção social para a população em situação de vulnerabilidade. Santa Catarina.

YAMAMOTO, Oswaldo H. 50 Anos De Profissão: Responsabilidade Social Ou Projeto Ético-Político? **Psicologia: Ciência e Profissão**: Brasília, vol.32, n.spe, pp. 6-17, 2012.